

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.815 - TO (2019/0233426-5)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **CYRA TÁSSIA APARECIDA DOS SANTOS VAZ**
RECORRENTE : **ROMES DA MOTA SOARES**
ADVOGADOS : **ROMES DA MOTA SOARES (EM CAUSA PRÓPRIA) -**
TO000982
EMILLENY LÁZARO DA SILVA SOUZA - TO004612
RECORRIDO : **ESTADO DO TOCANTINS**
PROCURADOR : **FERNANDA RAQUEL F DE S ROLIM E OUTRO(S)**
INTERES. : **BENEDITO VIEIRA DOS SANTOS**
ADVOGADO : **ROMES DA MOTA SOARES - TO000982**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **CYRA TÁSSIA APARECIDA DOS SANTOS VAZ E OUTRO**, com fundamento no art. 105, III, c, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado (fl. 213):

1. APELAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MARCO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE.

A ausência de impugnação específica de matéria na apelação impede seu exame pelo Tribunal, sobretudo quando o recorrente, reitera, literalmente, os fatos e fundamentos sobre o marco inicial de incidência dos juros moratórios expostos na impugnação aos embargos à execução, não combatendo especificadamente os fundamentos externados na sentença recorrida.

2. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO.

Tendo o embargante logrado êxito na maioria dos pedidos requestados, deve a parte embargada arcar com ônus da sucumbência, por ter dado causa à propositura dos embargos, não havendo que se falar em inversão e/ou sucumbência parcial.

3. EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS PARCIAIS. PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INOCORRÊNCIA.

PRECEDENTES DO STF E STJ.

3.1 É possível a expedição de precatório relativamente à parte incontroversa da dívida quando se tratar de embargos parciais à execução opostos pela Fazenda Pública (EREsp nº 638.597/RS).

3.2 Na execução contra Fazenda Pública, a expedição de precatório referente à parte incontroversa dos valores devidos não afronta a Constituição da República (AgR nº RE 504.128/PR).

Não foram opostos embargos declaratórios.

Em seu recurso especial, a parte recorrente aponta divergência jurisprudencial acerca da interpretação do art. 1.010, do CPC/2015, ao fundamento de que *"... a reprodução dos argumentos já lançados na petição inicial ou na contestação não é obstáculo bastante para negar conhecimento ao recurso, quando é possível compreender que a irresignação manifestada e os seus fundamentos, de alguma forma, são contrários a sentença recorrida."* (fl. 234).

Também aduz que o conhecimento de sua apelação, pelo Tribunal de origem, é medida de direito, pois *"O fato de serem idênticas as razões se justifica simplesmente porque a tese é a mesma. Não pode o recorrente inovar onde não cabe novidade."* (fl. 236).

Por fim, defende que *"... o caso é conhecer e prover este recurso especial, determinando-se o retorno dos autos à origem a fim de que se prossiga no julgamento da apelação interposta com a análise de mérito sobre a tese de incidência do marco inicial dos juros moratórios."* (fl. 236).

Contrarrazões às fls. 286/297.

Parecer ministerial às fls. 310/312, opinando pelo insucesso da pretensão.

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso não prospera.

Inicialmente, é de bom alvitre destacar que não se desconhece a jurisprudência deste Superior Tribunal, no sentido de que *"A repetição dos argumentos*

deduzidos na inicial não impede, por si só, o conhecimento do recurso de apelação, notadamente quando suas razões estão condizentes com a causa de pedir e deixam claro o interesse pela reforma da sentença. (c.f.: AgRg no Ag 990.643/RS, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI DJ de 23/5/2008)." (AgRg no AREsp 341.906/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/11/2013, DJe 18/11/2013).

Entretanto, nota-se dos autos que a Corte de origem consignou que além da apelação se consubstanciar em reiteração literal das razões já expostas na impugnação aos embargos a execução, o mencionado recurso também carece de impugnação específica e de correspondência lógica com os fundamentos da sentença apelada, como bem se percebe do seguinte trecho, extraído do acórdão recorrido (fls. 207/208):

Para que o Tribunal tenha condições de apreciar a Apelação, deve haver, obrigatoriamente, impugnação específica da matéria sentenciada, nos termos do artigo 1.010, do Código de Processo Civil. Ou seja, é preciso que o recorrente ataque especificamente os fundamentos que embasam a sentença recorrida, para que o Tribunal, a partir do que foi devolvido ao seu conhecimento, possa apreciar o recurso.

[...]

No presente caso, o que se verifica, em parte, é uma apelação cujas razões recursais estão dissociadas da sentença, em nítido desrespeito ao princípio da dialeticidade recursal.

Os apelantes, nas razões recursais, acerca do inconformismo do marco inicial de incidência dos juros moratórios, reiteram, literalmente, os fatos e fundamentos expostos na impugnação aos embargos à execução (Evento 35, dos autos de origem).

A impugnação específica da decisão é questão por demais relevante. O não conhecimento de recurso, por ausência de impugnação específica da sentença recorrida era perfeitamente admissível na vigência do Código de Processo Civil, de 1973, ficando referida situação mais nítida no Código de Processo Civil, vigente, o qual dispõe em seu artigo 932, inciso III:

"Art. 932. Incumbe ao relator: III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Logo, impende frisar que o Tribunal **a quo**, ao não conhecer da apelação que, além de mera reprodução de peça já existente nos autos, também não procede à impugnação dos motivos da decisão apelada, bem como apresenta linha de argumentação dissociada dos fundamentos da sentença, se encontra alinhado à jurisprudência do STJ, no sentido de que *"... embora a mera reprodução da petição inicial nas razões de apelação não enseje, por si só, afronta ao princípio da dialeticidade, se a parte não impugna os fundamentos da sentença, não há como conhecer da apelação, por descumprimento do art. 514, II, do CPC/1973, atual art. 1.010, II, do CPC/2015. Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ."* (**AgInt no REsp 1.735.914/TO**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018).

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. CONFIGURAÇÃO. ART. 514, II, DO CPC.

1. A reprodução da petição inicial nas razões de apelação não enseja, por si só, ofensa ao princípio da dialeticidade, consoante entendimento pacífico deste Superior Tribunal.

2. Na hipótese não houve impugnação suficiente dos fundamentos da sentença.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 832.883/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/4/2016, DJe 13/5/2016)

Desse modo, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator